

Cidadania no ensino de Jornalismo: uma experiência além do currículo¹

Enio Moraes Júnior²

Universidade de São Paulo (USP);
Faculdades Integradas Alcântara Machado (Fiam);
Centro Universitário Nove de Julho (Uninove).

Resumo: A formação cidadã do jornalista tem um papel importante no desenvolvimento das suas habilidades de observador social e de articulador de idéias. Este estudo – tomando como referência o curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – relativiza que esta formação cidadã contemplada no currículo de graduação ultrapassa esta grade e encontra respaldo na relação discente – docente, na produção laboratorial e nos trabalhos de conclusão de curso.

Palavras-chave: Cidadania; Formação Superior; Jornalismo.

Introdução

Este artigo é produto da dissertação de mestrado *A Formação Cidadã do Jornalista no Brasil: um estudo de caso da formação do jornalista na USP*, defendida na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo em março de 2006. Buscamos demonstrar que, embora a cidadania seja contemplada na grade curricular da graduação em Jornalismo, seu ensino e seu aprendizado a ultrapassam, encontrando na relação discente – docente, na produção laboratorial e nos trabalhos de conclusão de curso importantes aliados.

Adotamos, portanto, como objeto de estudo, a formação cidadã do jornalista e problematizamos os momentos e a maneira como ela aparece e é tratada na atual formação do jornalista da ECA / USP. O recorte uspiano (e ecano) para este estudo deve-se ao fato desse curso ocupar um dos espaços pioneiros no ensino da Comunicação Social no País e à sua notoriedade em produção acadêmica, constituindo, há mais de trinta anos, referência nacional e mundial para as pesquisas comunicacionais. Além disso, questões metodológicas – delimitação de corpus e universo pesquisado – tornaram necessário esse recorte.

A pesquisa de mestrado que resultou neste artigo foi dividida em duas partes. Num primeiro momento, realizamos uma pesquisa documental e discutimos o

¹ Trabalho apresentado ao NP *Pesquisa de Jornalismo* do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação pela USP, especialista em Jornalismo Político e Econômico e professor de Jornalismo em faculdades de São Paulo. Dedicou-se ao estudo das relações entre Cidadania, Educação e Imprensa (emoraesj@uol.com.br).

significado da cidadania no âmbito do jornalismo e no que diz respeito à formação do jornalista brasileiro. Numa segunda etapa, procuramos entender a relação entre a cidadania e a formação do jornalista uspiano em quatro momentos: (1) no currículo, (2) na percepção do discente, incluindo a produção laboratorial, (3) na percepção do docente e (4) nos trabalhos de conclusão de curso.

Cidadania e jornalismo

Em um clássico estudo de finais dos anos 60 até hoje referência para a conceituação de cidadania, o cientista social inglês T. H. Marshall (1967) propõe que o cidadão é o homem livre que, por meio da educação, é capaz de organizar-se e administrar seu espaço dentro da sociedade, conquistando direitos civis (que dizem respeito à possibilidade de ir e vir e à liberdade de expressão, por exemplo), políticos (que implicam em votar e ser votado) e sociais (educação, saúde, direitos trabalhistas etc), nessa ordem.

Os estudos da filósofa alemã Hannah Arendt têm também especial importância para pensar a cidadania contemporânea. O conceito fundamental de Arendt (1987: 15) para compreender a cidadania é a ‘ação’. Segundo ela, na ‘vita activa’ o ser humano executa três atividades fundamentais: o labor (relacionado com as atividades vitais da vida biológica do indivíduo, como comer), o trabalho (associado à condição da intervenção humana sobre a natureza, dando à vida humana um grau de artificialidade e mundanidade) e, finalmente, a ‘ação’, “correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo”. A ‘ação’ de Arendt, portanto, aponta o indivíduo como um ser necessariamente social, dialógico e político (1987: 16):

A ação seria um luxo desnecessário, uma caprichosa interferência com as leis gerais do comportamento, se os homens não passassem de repetições interminavelmente reproduzíveis do mesmo modelo, todas dotadas da mesma natureza e essência, tão previsíveis quanto a natureza e a essência de qualquer outra coisa. A pluralidade é a essência de qualquer condição humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.

Marshall e Arendt nos propõem, enfim, que a cidadania não se realiza apenas por meio de direitos. Ao contrário, há também deveres a serem cumpridos para conquistá-la. Cidadania, pois, é a luta incessante do indivíduo pelo seu direito à vida, à

liberdade, à dignidade e, sobretudo, à compreensão do seu direito a ela a partir do compromisso com os deveres que ela própria pressupõe. Em outras palavras, cidadania é mais que a consciência de estar no mundo: é ter também a consciência de participar dele e, por isso, ter compromissos e responsabilidades com ele.

Mas qual é, afinal, o compromisso do jornalismo com essa cidadania? A Pragmática do Jornalismo, ao trabalhar com a intencionalidade do ato comunicativo, constitui um caminho para uma compreensão da atuação jornalística comprometida com a cidadania. Como diz Manuel Carlos Chaparro (1994: 13): “Na essência desta proposta está a convicção de que a intenção é a liga que funde Ética, Técnica e Estética, tríade solidária e inseparável das ações jornalísticas”.

Chaparro estabelece que é através da Ética fundida à Técnica que o jornalismo chega à Estética do relato verdadeiro. Com base no artigo XIX da *Declaração Universal de Direitos Humanos*³, o autor observa (1994: 82):

Sempre que um editor ou um repórter – por incompetência, arrogância, interesse pessoal, ambição de poder, irresponsabilidade profissional, subalternidade a quem o controla ou qualquer outro motivo – priva o leitor da notícia correta e plena, trai o principal e mais belos dos compromissos que tem com a construção e o aperfeiçoamento de uma sociedade livre: assegurar a ‘todo indivíduo’ o direito de ser informado. Com relato veraz.

O jornalista deve ser, assim, um sujeito consciente que, a partir da valorização constante do seu próprio trabalho, construa condições para o florescimento da crítica social a partir de seu público. Por outro lado, não é função do jornalismo levantar bandeiras ou defender causas corporativistas, mas respeitar o direito de ‘todo indivíduo’ de ser informado, ‘com relato veraz’.

O jornalismo tem, portanto, um referencial pragmático de intencionalidade. Esse referencial pode ser desenvolvido não apenas no conjunto dos valores da sociedade, mas também pode e deve ser instrumentalizado na formação profissional do jornalista, seja no currículo, nas práticas laboratoriais ou na relação estabelecida na escola entre docentes e discentes.

A função da imprensa é agendar as discussões de relevância social e de interesse público. Uma imprensa ética e socialmente responsável é aquela que age em nome do

³ “Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”.

bem comum, respeitando e resguardando os direitos humanos e a democracia. Filiando-se intencionalmente, portanto, à cidadania.

Além de uma intenção, o jornalismo é também produto de uma construção; de uma ação. Retomando o conceito de ‘ação’ de Arendt (1987) e transportando-o para o contexto jornalístico, entendemos que as notícias – como produto de uma construção por parte do jornalista, da empresa e / ou da ordem burocrática que rege a profissão – terminam sendo o resultado de uma intenção, portanto, de uma ‘ação’. Como produto desta intenção e desta ação, determinados temas serão ou não conhecidos, discutidos. Agendados, portanto.

Assim, a ‘teoria do agendamento’ ou ‘agenda-setting’, desde que levando em consideração a cidadania e sua relação com os direitos humanos, a democracia, a ética e a responsabilidade social da imprensa, representa um caminho coerente para apreendermos um modelo de jornalismo para este estudo. A formulação efetiva do conceito surge nos Estados Unidos na década de 60 com Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw e vai inspirar numerosas pesquisas a partir dos anos 70. Shaw observa (apud WOLF, 1994: 130):

(...) em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.

O amadurecimento dos estudos leva os autores a observar que (apud TRAQUINA, 2003: 33-34):

Novas investigações, explorando as consequências do agendamento do enquadramento dos mídia, sugerem que os mídia não só nos dizem EM QUE PENSAR, mas também COMO PENSAR NISSO e, conseqüentemente, O QUE PENSAR.

Agendar e trazer um tema para discussão pública, portanto, não corresponde apenas a uma transmissão de fatos que compõem nossa realidade. Para Traquina (2003), o agendamento é uma construção sujeita não só a erros e deslizes acidentais, mas

também a intenções e a formas de manipulação. Analisando o caso brasileiro, Chaparro (1994: 108) observa:

O escamoteio ou a distorção de informações; as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem novas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a freqüente prevalência do marketing sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com que se protege o erro e se faz a apropriação social do direito à informação (direito do leitor) – são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, enquanto função social.

O final do século XX e o início do século XXI documentam um dos períodos de maior fluxo de comunicação em todo o mundo. Porém esse desenvolvimento quantitativo não parece vir acompanhado de uma evolução qualitativa nas relações humanas e sociais. Mas se o jornalismo e a notícia podem, por um lado, ser aliados quase incondicionais da ordem dominante e dos valores do mercado, por outro, podem funcionar como importantes inspiradores dos debates cidadãos. Esta é a concepção defendida por Traquina (2003: 171) ao designar o jornalismo cívico como um modelo de imprensa cuja ‘centralidade’ está exatamente no cidadão. Jay Rosen (apud TRAQUINA, 2003: 180) apresenta com clareza as intenções desse modelo de jornalismo:

(...) quebrar com velhas rotinas, um desejo de ‘estar ligado do novo’ com os cidadãos e as suas preocupações, uma ênfase na discussão séria como atividade principal na política democrática, e um foco nos cidadãos como atores do drama público em vez de espectadores.

Visto sob o ângulo da cidadania, jornalismo é o agendamento de temas socialmente relevantes em que o trabalho do emissor está pautado intencionalmente na difusão da notícia ‘correta e plena’ (CHAPARRO, 1994) capaz de conduzir o receptor a uma ‘ação’ (ARENDT, 1987) em nome da conquista e da preservação dos seus direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967).

Entendendo a cidadania como responsabilidade para consigo, com o outro e com o mundo onde se vive, encontramos associados ao conceito, no âmbito do jornalismo, quatro temas: os direitos humanos, a democracia, a ética e a responsabilidade social da profissão.

Embora sejam as bases da cidadania contemporânea, os direitos humanos – referendados com as revoluções dos séculos XVII e XVIII – são universais e naturais, ao passo em que os direitos de cidadania são um conceito político. Para Benevides Soares (1998: 41):

(...) direitos de cidadania não são direitos universais, são direitos específicos dos membros de um determinado Estado, de uma determinada ordem jurídico-política. No entanto, em muitos casos, os direitos do cidadão coincidem com os direitos humanos, que são mais amplos e abrangentes.

Claramente associados a estes direitos, aparece o conceito de democracia. Para Boaventura de Souza Santos (2002: 45), a democracia corresponde a “um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas na constituição do eleitorado”.

Um exercício profissional ético e socialmente responsável, pautado nos direitos humanos e na democracia, é fundamental para uma realização cidadã da atividade jornalística. Para o filósofo alemão Immanuel Kant, a ação humana deve ser conduzida por um ‘imperativo categórico’. Isto é, a ação ética não se condiciona a interesses pessoais, mas ao bem coletivo. Para Kant, segundo Eugênio Bucci (2000: 22):

(...) uma regra de conduta só pode ser aceita se for universal, isto é, se tiver validade tanto para o agente como para todos os outros seres racionais. A consequência do ato já não importa. O que importa é que o ato se revista das características de um imperativo categórico universal, quer dizer, que o ato se apóie em princípios que tenham a mesma validade para todos.

Ética jornalística implica, pois, na responsabilidade social da profissão. No Brasil, o atual *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, em vigor desde 1987, ilustra bem o teor dessa responsabilidade, claramente contemplada a seguir:

Art. 16. O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Mas o que pode definir uma formação cidadã do jornalista? Para Marshall, a educação é um pré-requisito para a liberdade civil. Maraschin (MARQUES DE MELO; FADUL, 1979) – com base em Aristóteles – observa que a ‘formação’ corresponde a

uma ‘transformação’; à abertura do indivíduo para a realização do seu potencial. Por outro lado, do mesmo modo que a esse indivíduo é facultada a possibilidade de abrir-se à ‘forma’ (à formação), essa abertura também está sujeita à ameaça da ‘deformação’.

Entendemos, portanto, que a formação jornalística cidadã é uma ‘transformação’ (Maraschin apud MARQUES DE MELO; FADUL, 1979) tendo por base um conceito de jornalismo sustentado intencionalmente na difusão da notícia ‘correta e plena’ (CHAPARRO, 1994), capaz de conduzir o indivíduo que se apropria do material jornalístico a uma ‘ação’ (ARENDETT, 1987) baseada no dever de lutar por e preservar seus direitos (MARSHALL, 1967).

A formação do jornalista e o currículo ecانو

Ao analisar o atual currículo do curso de Jornalismo noturno⁴ da ECA (em vigor desde 1993, com algumas modificações como inclusão e exclusão de disciplinas). Trabalhamos com a hipótese de que a formação cidadã, do ponto de vista curricular, ocorria apenas na primeira metade do curso, onde estariam inseridas as disciplinas de caráter teórico.

A partir desse ponto, buscamos rastrear no conjunto da grade curricular as disciplinas obrigatórias que apresentassem, em suas ementas, conteúdos pertinentes ao conceito que propomos – cidadania – destacando também os temas correlatos, a saber: direitos humanos, democracia, ética profissional e responsabilidade social do jornalismo. Os resultados dessa fase nos levaram a concluir que:

1. A grade curricular do curso contempla expressamente a formação cidadã do jornalista especialmente nos quatro primeiros semestres;
2. As disciplinas obrigatórias que expressamente contemplam a cidadania são:
 - ✓ No primeiro semestre: Legislação e Deontologia do Jornalismo; Fundamentos Teóricos da História; Pensamento Filosófico; Jornalismo no Rádio e na TV;
 - ✓ No segundo semestre: História das Doutrinas Políticas; Ética; Laboratório de Iniciação ao Jornalismo; Sociologia da Era Virtual;

⁴ Nessa pesquisa estudamos o curso de Jornalismo noturno da ECA em detrimento do diurno. Precisamos fazer uma opção já a partir desse momento considerando que os currículos apresentam algumas diferenças.

- ✓ No terceiro semestre: História do Jornalismo I (Geral); Fundamentos da Economia;
- ✓ No quarto semestre: História do Jornalismo II (Brasil).

Os discentes e a produção laboratorial: o Jornal do Campus

Com quase 25 anos, o Jornal do Campus (JC) é um dos principais veículos laboratoriais do curso de Jornalismo da ECA. Elaborado por alunos da disciplina *Laboratório em Jornalismo Impresso II* sob orientação do docente José Coelho Sobrinho (no primeiro semestre de 2004), o JC adota três princípios básicos: a defesa da democracia, da universidade pública e do patrimônio da USP.

Com a idéia de vincular o aluno entrevistado à sua produção laboratorial, a amostra – por edição – foi formada pelos alunos que se revezavam na secretaria de redação (geralmente um aluno), por aqueles cuja matéria era manchete (um ou dois alunos), aqueles cuja matéria ocupava maior espaço na edição (geralmente dois alunos, nessa categoria permaneceram sempre a página de *Entrevista*) e aqueles cuja matéria de cada edição mais possibilitava discussões sobre cidadania (geralmente um aluno).

Das seis edições analisadas, três – 281, 283 e 285 – tiveram um total de oito páginas e as edições pares – 282, 284 e 286 – tiveram, além desse total, mais um caderno tablóide, que funciona como um encarte, o caderno *Claro!*, produzido por uma outra turma do curso⁵.

A hipótese que consideramos nessa etapa foi que os alunos trabalhavam pouco ou percebiam com pouca clareza a aplicação dos conteúdos cidadãos nas disciplinas laboratoriais e, portanto, pouco aplicavam esse conteúdo na produção do JC. Essa possibilidade, no entanto, foi refutada ao constatarmos que, de uma forma geral, os alunos entrevistados apresentavam uma boa idéia da responsabilidade do jornalismo, tanto no que diz respeito aos prazos quanto à clareza e qualidade da informação do veículo laboratorial.

As entrevistas com os discentes, considerando-se a produção laboratorial do JC, nos levaram ao seguinte resultado:

⁵ Por opção metodológica, achamos por bem não avaliar esse segundo material, que era produzido por uma outra turma.

1. Os conceitos de cidadania aparecem na relação do discente com o mundo e na sua experiência acadêmica. Na edição 281 do JC (2004: 03), num texto de apresentação da ombudsman, os discentes evidenciaram a preocupação com o trabalho do “ouvidor” que se coloca em defesa do leitor como um aspecto de forte apelo cidadão:

O ombudsman representa, no jornal, a visão do leitor que, com uma visão externa à do jornalista, pode enriquecer a produção do jornal fazendo críticas construtivas e sugestões de melhoria (...). Acompanhar esta coluna trará um hábito de leitura crítica em relação tanto a este jornal como às outras mídias, o que é uma prática fundamental para um cidadão que pretende se informar através desses meios, preparando-se melhor para entender a sociedade.

2. A cidadania e seus temas correlatos evidenciam-se na intenção de produção de uma informação que pretende ser clara, profunda e bem apurada. A aluna Lígia Carriel, ao analisar, como parte desta pesquisa, seu trabalho na edição 284 do JC, observou:

Eu acho que o jornalismo tem uma função de cidadania que é muito importante. Essa matéria (*sobre o aluguel de um espaço público pertencente ao Centro Acadêmico do curso de Direito*) tenta mostrar isso. Eu queria era propor um debate, acho que o jornalista não faz nada sozinho e eu tinha que lançar esta questão polêmica, que eu tenho que mostrar os lados dessa questão. Mas o que eles pensam? O que é o espaço público? Eu queria que as pessoas pensassem nisso. O que é uma universidade? O que faz uma representação estudantil dentro dessa uma universidade? Começar a repensar isso, foi o que eu tentei transpor na matéria. Não é só uma notícia, tem um debate por trás disso e eu preciso cutucar. Eu quero mexer e quero que as pessoas parem, pensem e discutam.

3. Os conceitos de cidadania aparecem na didática e na relação que o docente estabelece com o discente, baseado no estímulo à autonomia individual, ao espírito de grupo e na delegação de responsabilidades e conseqüências. As observações do professor Coelho⁶ sobre o texto de autoria do aluno André Benevides publicado na seção *In Loco* do JC 282 com o título *No muro, a arte da manifestação* representaram bem esse espírito:

Se eu não estiver enganado na minha avaliação, parece que você entende como natural que as pichações sejam feitas nos muros DEMOCRÁTICOS (GRIFO NOSSO) da universidade. As pichações, creio, são um ataque ao PATRIMÔNIO PÚBLICO (GRIFO NOSSO) e isso fere uma das bandeiras do JC que é a defesa do patrimônio da USP (físico e intelectual). Portanto, temos que pensar o que é mais importante: o uso das paredes para manifestações ou a defesa do patrimônio da universidade.

⁶ Estas observações, muitas vezes iniciadas ou retomadas em sala de aula, constam de e-mails trocados entre o professor e a turma durante o processo de edição dos jornais.

Os docentes e a cidadania: além do currículo

O objetivo desta fase foi entender como a cidadania e seus temas correlatos eram trabalhados sob o ponto de vista dos professores em suas disciplinas, no conjunto do currículo e nos trabalhos de conclusão de curso. Este critério foi mencionado para os docentes em carta que fizemos acompanhar os questionários da pesquisa.

A hipótese considerada aqui foi que os conteúdos cidadãos são passados e cobrados pelos docentes de forma teórica, com pouca vinculação com a prática da atividade jornalística. Portanto, pressupúnhamos uma quebra na etapa profissionalizante do curso. Essa possibilidade foi refutada.

Além dos professores das disciplinas teóricas cujo conteúdo cidadão havia sido constatado na primeira parte da pesquisa, também foram entrevistados docentes de quatro disciplinas laboratoriais⁷: Laboratório em Jornalismo Impresso I, Laboratório em Jornalismo Impresso II, Laboratório em Jornalismo Impresso III, Laboratório em Jornalismo Impresso – Revista.

Ao todo, a amostra indicava que o questionário deveria ser respondido por 13 (treze) professores, mas até o fechamento desta etapa apenas 9 (nove) haviam respondido. Considerando também a atuação da ombudsman, professora Rosana de Lima Soares, e do professor que esteve à frente do JC, José Coelho Sobrinho, os resultados da pesquisa com os docentes nos levaram ao seguinte resultado:

1. Os conceitos de cidadania aparecem na relação do docente com a sua compreensão do papel social do jornalismo e das demais práticas informativas;
2. A cidadania e seus temas correlatos evidenciam-se na intenção do ensino e da produção de uma informação crítica, pautada nos direitos humanos e numa boa apuração. A professora Rosana de Lima Soares, ao avaliar o atual currículo ecano de Jornalismo, como parte desta pesquisa, observou:

O curso da ECA não possui viés tecnicista, priorizando uma formação humanista (não apenas nas disciplinas teóricas, mas também nas práticas laboratoriais). Ao discutir conteúdos de filosofia, história, ética, política,

⁷ A opção pelas disciplinas laboratoriais que trabalham com o jornalismo impresso se deve ao fato de que, a exemplo do que ocorre na maior parte dos cursos de Jornalismo do País, a formação técnica da ECA enfatiza esta área.

estimula a reflexão e o posicionamento em relação à sociedade como um todo e ao papel do jornalismo.

3. Os conceitos de cidadania aparecem no modelo de relação que o professor busca estabelecer com o trabalho e com uma visão democrática de mundo;

4. A cidadania está presente, como consequência dos itens acima, na relação do professor com o aluno na proposição de uma educação pautada na democracia e nos direitos humanos. Ao chamar atenção para o texto que estava sendo elaborado pela aluna Paula Lima e que circulou no JC 282 com o título *Redes em fio dão novos rumos às tecnologias de comunicação*, o professor Coelho observou:

Você continua com uma linguagem técnica. A notícia, na verdade, está nos benefícios que os alunos e professores terão com o uso dessa nova tecnologia. Por exemplo: os alunos poderão acessar aulas por essa nova tecnologia; a burocracia será agilizada; os assentamentos escolares serão possíveis de consultar com mais facilidade; o sistema correrá menos riscos de cair etc. A tecnologia, em outras palavras, é o menos importante. O que deve ter mais importância para o leitor são os resultados de implementação dessa tecnologia.

Os trabalhos de conclusão de curso: cidadania com aplicabilidade experimental

Como amostra para os nossos estudos selecionamos os tccs de Jornalismo noturno dos dois anos consecutivos constantes na biblioteca da ECA. Trabalhamos, assim, com os anos 2002 e 2003 porque até o fechamento desta fase da pesquisa (abril de 2005) poucos trabalhos referentes a 2004 haviam sido depositados. Além disso, nos ativemos ao curso noturno para seguir a mesma opção adotada em relação ao currículo, aos discentes e à produção laboratorial.

Buscamos a presença da cidadania e temas correlatos nos 55 (cinquenta e cinco) projetos experimentais da amostra a partir dos títulos e resumos, nessa ordem. Em todos os trabalhos foram lidos, além desses dois itens, a introdução. Nos tccs em que encontramos a presença mais enfática da cidadania, avançamos na leitura do seu conteúdo como condição para elaborarmos nossas considerações.

Neste item, adotamos como palavras-chave para as observações sobre a presença da cidadania nos trabalhos os conceitos de democracia e de direitos humanos em detrimento dos conceitos da ética e da responsabilidade social do jornalismo por entendermos que aqueles já pressupõem estes últimos. Aqui a hipótese foi que a

cidadania é contemplada, direta ou indiretamente, nos tccs. A última etapa da pesquisa no levou aos seguintes resultados:

1. A cidadania e temas correlatos constam parcialmente dos tccs. Na amostra analisada, apareciam claramente em 22 (vinte e dois) – 40% – dos 55 (cinquenta e cinco);
2. Direitos humanos e democracia são temas constantes dos tccs que trabalham com os conceitos de cidadania. Nos 22 tccs, 12 (doze) – 54,5% – trabalhavam com os direitos humanos de minorias, como deficientes, pessoas com HIV e mulheres e 10 (dez) – 45,5% – apresentavam questões associadas à democracia, como a ocupação de espaços físicos e democratização da comunicação;
3. Tccs que apresentam o conceito de cidadania ou temas correlatos apontavam que o problema apresentado pode ser resolvido ao ser mais bem trabalhado por uma mídia. No projeto *Lições de Comunicação: Moradores do Capão Redondo analisam e experimentam o Jornalismo*, a autora Maria Otília Bocchini (2003: 43) deixa claro este pensamento:

O trabalho da Agência trouxe diversas mudanças para a vida dos participantes. Dentre elas, destaca-se a atuação comunitária: “Minha relação com o bairro mudou muito depois da Agência. Antes, eu era integrante da associação de moradores e monitora do Sampa.org, depois virei repórter. Virei a pessoa que a comunidade procurava para falar da enchente, para reclamar que foi mal atendida na administração regional. Eles tinham, de alguma forma, um canal aberto para tudo que estava acontecendo: quais os problemas, as festas legais, etc”, comenta Cleide Ferreira, de 28 anos, que trabalha há sete na Associação de Moradores do Jardim Rosana.

Conclusão

A análise dos dados da pesquisa permite-nos entender que a formação cidadã do jornalista da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, não obstante apenas nos quatro primeiros semestres do curso tenha um caráter explicitamente curricular, ultrapassa esses limites.

A cidadania e os seus aspectos correlatos considerados neste trabalho – os direitos humanos, a democracia, a ética profissional e a responsabilidade social do

jornalismo – não só respingam na formação que ocorre nos semestres seguintes, mas aparecem ao longo de todo o curso na relação dos discentes com os docentes e na relação destes últimos com a vida acadêmica.

Não obstante a formação curricular do jornalista seja extremamente importante para a apreensão do conceito de cidadania por fundamentá-lo teoricamente, esta pesquisa apontou que são cidadãos e espaços cidadãos que formam, de fato, cidadãos. Um currículo, um professor e uma prática laboratorial que não abrem o aluno para o diálogo com as diferenças e a realização das suas potencialidades dificilmente conseguem formar um jornalista comprometido com os direitos humanos, como a democracia, com ética e com a responsabilidade social da profissão.

Pensando comparativamente em qual dos momentos da formação dos discentes do curso de Jornalismo (noturno) da ECA / USP a cidadania aparece com maior destaque, concluímos que o momento em que ela fica bastante clara é no currículo. Mas ao ultrapassar as fronteiras curriculares, numa perspectiva rogeriana (ROGERS: 1973), encontra no conjunto das experiências vividas e adquiridas na escola um caminho para maturá-la.

Esse ponto, aliás, está em consonância com a concepção de Marshall (1967), para quem a educação é um pré-requisito para a cidadania civil, que deve funcionar como base para a construção da cidadania plena.

Os resultados do estudo sobre a formação cidadã do jornalista na ECA podem ser bastante eloqüentes em relação a outras escolas brasileiras, mas devem ser consideradas também as peculiaridades regionais. Entendemos ser importante o avanço desse tipo de estudo em outras unidades educacionais do País e de outros continentes, inclusive como forma de atribuir à cidadania a pujança que ela merece no currículo e nas demais instâncias de formação do profissional de jornalismo.

Entendemos que o compromisso do jornalismo com o interesse público e com a cidadania deveria ser não só melhor fundamentado como também, e principalmente, explicitado no projeto pedagógico de cada curso oferecido e, conseqüentemente, melhor explicitado no perfil de profissional proposto à sociedade e ao mercado. Discutir a presença da cidadania na formação do jornalista hoje significa estimular uma reflexão de valores universais e, mais que isto, discutir o futuro das relações sociais.

Referências bibliográficas:

Livros

ARENDDT, Hanna. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos. A pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra. Série Brasil Cidadão. São Paulo: Pierópolis, 2000.

MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (orgs). Ideologia e poder no ensino de comunicação. São Paulo: Cortez & Moraes / Intercom, 1979.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PINSKY, Jaime; BASSANEZI, Carla (orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2002.

ROGERS, Carl R. Tornar-se pessoa. Lisboa: Moraes Editores (Martins Fontes), 1973.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. Vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. IN: Cadernos de Pesquisa. Nº 104. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 39-46.

TRAQUINA, Nelson. O Estudo do Jornalismo no Século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

Jornal

Jornal do Campus. ECA: USP. Ano 22, edição 281. São Paulo: 1º a 21 de abril de 2004.

Fontes eletrônicas

CHAPARRO, Manuel Carlos. A difícil tarefa de fazer jornalistas. *Comunique-se*, 05 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br>>. Acesso em: 11 de outubro de 2005.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. In: Federação Nacional dos Jornalistas do Brasil. Brasília: FENAJ. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/leis.php?id=21>>. Acesso em: 24 de outubro de 2005.

Monografias

BOCCHINI, Maria Aparecida. Lições de Comunicação: Moradores do Capão Redondo analisam e experimentam o Jornalismo. São Paulo, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo.